

SEÇÃO CRIMINAL GABINETE DO DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR
REVISÃO CRIMINAL Nº 0820324-56.2022.8.10.0000 Requerente: PAULO SERGIO
FRANCISCO DOS SANTOS Defensor Público: IDELVÁLTER NUNES DA SILVA
Requerido: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL Relator: Des. GERVÁSIO Protásio dos
SANTOS Júnior REVISÃO CRIMINAL. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E PORTE ILEGAL DE
ARMA DE USO RESTRITO. DESCLASSIFICAÇÃO. ART. 12, DA LEI 10.826/03. NOVATIO
LEGIS IN MELLIUS. APLICAÇÃO. NÃO CABIMENTO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA
EXECUÇÃO. SÚMULA 611, DO STF. PLEITO ABSOLUTÓRIO. INSUFICIÊNCIA
PROBATÓRIA. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVA COMPROVADAS. REDISCUSSÃO DA
MATÉRIA. NÃO CONHECIMENTO. DOSIMETRIA. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL. VALORAÇÃO.
UTILIZAÇÃO DE PROCESSOS EM CURSO. VEDAÇÃO. SÚMULA 444/STJ. AFASTAMENTO.
CAUSA DE AUMENTO DO § 2º, DO ART. 2º, DA LEI 12.850/13. REDUÇÃO.
INVIABILIDADE. PARCIAL PROCEDÊNCIA. I. Segundo prescreve o enunciado da
Súmula 611, do STF “transitada em julgado a sentença condenatória, compete
ao juízo das execuções a aplicação de lei mais benigna”, razão pela qual
não se conhece da ação revisional com vistas a aplicação da norma mais
benéfica ao revisionando, em concordância com o art. 504, II, do RITJMA.
II. A Corte Superior de Justiça consolidou o entendimento, no sentido do
não cabimento da revisão criminal como nova apelação, com vistas ao mero
reexame de fatos e provas, quando não se verifica hipótese de
contrariedade ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos,
consoante previsão do art. 621, I, do CPP. II. Constatado que o pleito
absolutório fundado na carência de provas e na ausência de nexo causal foi
exaustivamente apreciado em sede recursal, sendo mantida a condenação
prolatada pelo juízo monocrático, não há como conhecer do pedido na via da
revisão criminal por se tratar de mera rediscussão da matéria. III. Ofende
o princípio constitucional da presunção da inocência bem como o enunciado
da Súmula 444, do STJ a utilização de processos em curso para aumentar a
pena-base, impondo-se o afastamento da fundamentação inidônea empregada em
sede recursal. IV. A Corte Superior de Justiça firmou entendimento de que
“a quantidade e natureza das armas empregadas pela organização é
fundamento idôneo para elevar a fração de aumento da majorante do art. 2º,
§ 2º, da Lei n. 12.850/2013” (AgRg no AREsp n. 2.006.802/RJ, relator
Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 5/4/2022, DJe de
8/4/2022.), motivo pelo qual mantém-se o patamar máximo de aumento
(metade) considerando a variedade e o potencial ofensivo do armamento
apreendido. IV. Revisão Criminal conhecida em parte, e nessa extensão,
julgada parcialmente procedente. São Luís/MA, data do sistema. GERVÁSIO
Protásio dos SANTOS Júnior Desembargador Relator (RevCrim
0820324-56.2022.8.10.0000, Rel. Desembargador (a) GERVASIO PROTASIO DOS
SANTOS JUNIOR, SEÇÃO DE DIREITO CRIMINAL, DJe 25/07/2023)